



NOVO GOVERNO

Lula assume as rédeas da governabilidade

Presidente eleito retorna hoje a Brasília e retoma negociações para aprovar PEC da Transição e montar equipe ministerial

» HENRIQUE LESSA
» VICTOR CORREIA

Após uma semana de intensa negociação em Brasília, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), avançou, não apenas na articulação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, como também deu importantes passos para a constituição de uma base robusta no Congresso para seu governo. Mesmo sem ir todos os dias à sede do gabinete de transição, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), a presença de Lula na cidade mudou a confiança dos integrantes do gabinete provisório. O clima de otimismo da equipe contrasta com a tensão da semana anterior.

Lula retornou a São Paulo na sexta-feira, a tempo de ver de casa a primeira derrota da Seleção na Copa, contra Camarões, e já retorna hoje, no fim do dia, para Brasília. Antes de embarcar, porém, o presidente eleito passará por exames no Hospital Sírio-Libanês para acompanhar a recuperação da cirurgia na garganta a qual se submeteu em novembro. Lula volta para completar as costuras iniciadas na semana passada. As negociações para aprovação da PEC não passam apenas por definir o limite do estouro do teto de gastos ou o prazo de validade da medida, mas pela costura da base congressual de Lula e das legendas que terão espaço na Esplanada dos Ministérios no novo governo. Nomes, porém, só devem ser anunciados após a diplomação de Lula no cargo de presidente, no dia 12.

Os primeiros passos do presidente eleito foram em direção aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Homem forte do presidente Jair Bolsonaro (PL) nos últimos anos, Lira é o alvo principal. Tanto que a Federação Brasil da Esperança,



Lula e Gleisi Hoffmann, no CCBB, com políticos petistas ao fundo: negociação para aprovar a PEC avança com o presidente eleito em Brasília

que elegeu Lula — formada por PT, PCdoB, PV e PSB — já declarou apoio oficial à reeleição do atual presidente da Câmara, e espera em troca a garantia de uma rápida tramitação da PEC.

Em Brasília, Lula tem se hospedado no hotel que fica em frente ao posto de combustíveis que deu nome à operação que o levou à prisão. Na semana que passou, o líder petista teve uma intensa agenda de negociações em ambientes mais distantes e reservados que o do CCBB. Além de receber dezenas de políticos no hotel, o presidente eleito participou de alguns encontros sociais na capital. Foi o principal convidado de jantar na casa da senadora Kátia Abreu (PP-TO) e, também, na do Ministro Bruno Dantas, presidente em exercício do Tribunal de Contas da União (TCU). Na sexta, pouco antes de

embarcar para São Paulo, Lula visitou o ex-presidente José Sarney, na casa dele, no Lago Sul.

Assim, em uma semana, Lula conseguiu encontrar pessoalmente diversos líderes do MDB, do União Brasil e do PSD, entre outros ligados ao centro e à direita não bolsonaristas. Dos bastidores desses encontros sabe-se que já há sinalização de espaços em ministérios para essas três siglas, que dariam ampla maioria parlamentar à base do governo que assume em janeiro. Junto com os demais partidos que apoiaram Lula na eleição, o bloco seria o maior nas duas Casas do Congresso.

Com a base começando a se conformar, o gabinete de transição espera que a PEC seja discutida na terça-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, e votada até o dia seguinte, conforme disse a

interlocutores o próprio presidente da comissão, senador David Alcolombe (UB-AP). A expectativa é que, no mesmo dia da aprovação na CCJ, o projeto seja votado no plenário do Senado, para que o texto seja imediatamente enviado à Câmara para apreciação.

Mesmo com interlocutores de Lula no Congresso admitindo negociar pontos da PEC, Lula diz que não abre mão da proposta. “Se um dia você tiver de negociar, nunca ceda a sua proposta principal antes do início da negociação. Se agora eu já colocar o limite para menos, é o de menos que vai valer. Então, se eu tiver de falar, eu falo para mais”, ponderou Lula, na sexta-feira, em entrevista a jornalistas que fazem a cobertura do CCBB.

Os aliados, porém, sinalizaram durante a semana a disposição de negociar o tempo de duração do futuro no teto para dois anos (o governo

eleito quer quatro), mas frisam que não podem ceder muito no valor do estouro. O texto inicial, de autoria do senador Marcelo Castro (MDB-PI), prevê a retirada da regra do teto de gastos a montante de R\$ 198 bilhões, sendo R\$ 175 bilhões para o Bolsa Família e outros programas essenciais, e R\$ 23 bilhões para investimentos.

“O que nós estamos dizendo é ‘tira esses R\$ 23 bilhões e deixa os R\$ 175 bilhões’. Mas tem gente propondo R\$ 150 bilhões. Sim, mas vai mexer onde?”, questionou o líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PT-PA). Para o ex-senador e deputado federal eleito Lindbergh Farias (PT-RJ), R\$ 150 bilhões é o menor valor que o novo governo está disposto a aceitar. “Qualquer valor abaixo significa dizer que a gente está fazendo ajuste fiscal”, comparou Farias, que integra a articulação política da transição.

Oposição promete frear tramitação

Se a proposta de mudança da Constituição para retirar o Bolsa Família do teto de gastos for aprovada até meados de dezembro, como acreditam os coordenadores políticos do governo de transição, será a tramitação mais rápida de uma PEC na história do Parlamento. Mas são muitos os sinais de que o desafio de Lula não será fácil. A ala mais bolsonarista do PL vai tentar desacelerar o andamento da proposta no Congresso.

O líder do partido no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), pretende convocar uma audiência pública para debater o impacto fiscal da medida, uma tentativa de obstrução do andamento que pode atrapalhar os planos do novo governo de terminar na quarta-feira a votação no Senado. O senador também mandou um recado para Lula na semana passada. “(A PEC) pode até passar na CCJ, num atropelo, mas, no plenário, vão ser necessários 49 votos. Então, é bom fazer a conta direito”, disse Portinho.

Defecções

Outro ponto nas contas da Transição é a renovação de quase 40% da Câmara em fevereiro. Com a posse da nova legislatura, o PL, partido de Bolsonaro, passará a ter as maiores bancadas na Câmara e no Senado. Assim, a aposta do novo governo é negociar com os setores não bolsonaristas do próprio PL ainda neste ano. Ao menos 30 deputados do partido de Jair Bolsonaro disseram que votarão pela aprovação da PEC, segundo levantamento de parlamentares petistas envolvidos na negociação. (HL e VC)

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

A “ambição de poder” e a volta dos militares à caserna

A volta dos militares às suas funções constitucionais específicas é o caminho para despolitizar as Forças Armadas, historicamente contaminadas pela velha compreensão positivista de que são a expressão armada e a liderança moral do povo brasileiro desde a vitória de Guararapes contra os holandeses, o mito fundador do Exército nacional. Em razão disso, muitos militares ainda acreditam que, em nome do povo, devem exercer a tutela sobre os Poderes republicanos e as demais instituições da vida pública.

Essa compreensão vem dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, que consolidaram o regime republicano e operaram uma transição na qual o poder político do país saiu das mãos da aristocracia imperial e passou aos grandes fazendeiros de café, não apenas por isso, mas quase que como uma indenização pela abolição da escravidão pela monarquia

constitucionalista. Mas havia uma compreensão clara na República Velha, a partir do governo de Prudente de Moraes, de que a democracia era um poder civil, apesar de todos os problemas.

A Revolução de 1930 virou tudo de pernas para o ar. Foi um golpe de Estado que depôs o presidente Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, articulado pelos estados de Minas Gerais, da Paraíba e do Rio Grande do Sul para impedir a posse do presidente eleito Júlio Prestes, sob alegação de fraude eleitoral. A crise econômica de 1929, que repercutiu fortemente na economia cafeeira, e o assassinato do político paraibano João Pessoa — um crime passionai que se transformou numa catarse política — embalaram a conspiração liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas com apoio do mineiro Antônio Carlos. Lideranças oriundas do movimento

tenentista deram ao golpe a sustentação militar de que precisava.

Em 3 de outubro, militares liderados por Getúlio Vargas, no Sul, e Juarez Távora, no Nordeste, convergiram para o Rio de Janeiro. Getúlio Vargas tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes, revogou a Constituição de 1891 e governou por decretos. Nomeou seus aliados como interventores nos estados. Os políticos esperavam que o novo presidente convocasse eleições gerais para formar uma assembleia constituinte, mas não foi o que aconteceu. Com a derrota da Revolução Constitucionalista de 1932, na qual os paulistas tentaram destituir Vargas, a ditadura se consolidou, principalmente, a partir de 1937, com o chamado Estado Novo.

A ditadura Vargas durou 15 anos, mas não foi um regime militar, apesar do amálgama

positivista do florianismo com o castilhanismo gaúcho. Getúlio era um populista, que contava com grande apoio popular, por criar o salário-mínimo e instituir a legislação trabalhista. Por ironia da História, após a redemocratização de 1945, o golpismo que o levou ao poder migrou para um partido de origem liberal, criado em São Paulo para se opor a Getúlio, que passou a contar com forte apoio militar, a União Democrática Nacional (UDN). Com a fim da guerra e a destituição de Getúlio Vargas, o país passou por sucessivas crises, nas quais os militares tutelaram a política como se fossem um “poder moderador” que, na monarquia, fora exercido por D. Pedro II.

Poder civil

Mas não havia ainda uma “ambição de poder” consolidada nas Forças Armadas como instituição. Isso somente viria a ocorrer após o golpe militar de 1964, que resultou numa ditadura na qual os generais se revezaram na Presidência da República. Com a redemocratização, após a eleição de Tancredo Neves, em 1985, e o governo de José

Sarney, os militares voltaram gradativamente aos seus afazeres constitucionais, porém, numa espécie de limbo doutrinário: a Guerra das Malvinas e o fim da Guerra Fria, respectivamente, subverteram os seus vetustos planos de Estado Maior, que viam na Argentina e na antiga União Soviética (e nos comunistas), por meio de uma “guerra inter-na, subversiva, psicológica e permanente”, os inimigos da Nação.

A eleição de Jair Bolsonaro exumou velhos conceitos e fez renascer das cinzas a “ambição de poder” da geração de militares saudosos dos 20 anos de ditadura, nos quais a carreira era uma via de ascensão política para mandar e desmandar no país. Esse é o problema com que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se depara ao assumir o governo, porque há uma contradição entre esse sentimento agora difuso nas Forças Armadas, reforçado pela suposta presença de 8 mil militares, aproximadamente, em cargos comissionados do governo federal, e a democracia como poder civil, consagrada pela Constituição de 1988.

“Desmilitarizar” o governo e

reposicionar as Forças Armadas não será uma tarefa fácil, ainda mais se uma nova doutrina militar mais democrática, já esboçada na Política Nacional de Defesa, não for consolidada. O próprio Ministério da Defesa, como instituição civil, precisa ser reformado, assunto para outra coluna. Militares geralmente são austeros, disciplinados, estudiosos, leais, patriotas e probos, mas muitos tem cacoeite mandonista e nem sempre estão preparados para exercer funções tipicamente civis. Reformados, são cidadãos com os mesmos direitos de qualquer servidor público e, portanto, aptos a permanecer no governo, se for preciso, desde que para exercer cargos compatíveis com a respectiva formação. O principal problema são militares da ativa em cargos públicos não ligados à Defesa e em desvio de função, como foi o caso do general Pazuello, hoje deputado federal eleito, no Ministério da Saúde, e a militância política por militares da ativa, dentro e fora das organizações militares, que subvertem a hierarquia e a disciplina. Isso não deveria ocorrer.